

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília

Class.: _____

Data: 12/10/80

Pg.: _____

Nação nambiquara em perigo

Memélia Moreira.

Especial para o JBr

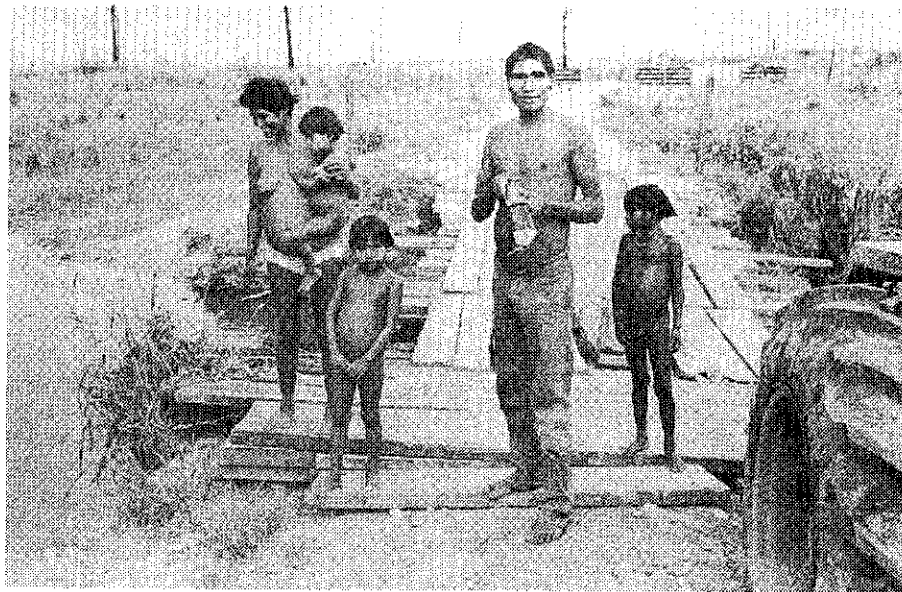
Antes da estação chuvosa de Rondônia a estrada BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) poderá ser usada já no seu novo traçado, pelo Vale do Guaporé cortando o território indígena da nação nambiquara. O IX Batalhão de Engenharia e Construção mantém na área, entre Ponte Lacerda e a Fazenda Sapé, uma turma de 50 homens trabalhando dia e noite para cascalhar a estrada, antes da Funai demarcar o território indígena e definir a localização dos subgrupos alakatesu e waiksu, cujas áreas foram apagadas dos mapas da Fundação Nacional do Índio.

Conhecidos como "biafras do Brasil", os índios nambiquara serão analisados pelo Tribunal Russel que se reunirá em Rotterdam entre os dias 24 e 29 de novembro. O tema desse tribunal, que já julgou os crimes de guerra do Vietnã e os crimes nazistas da II Guerra, foi escolhido pelo Projecto Indígena e tem como título o "Etnocídio e o Genocídio das Minorias Étnicas da América". Para o tribunal foram enviados depoimentos sobre a dizimação da maioria dos índios americanos, mas o caso nambiquara já está previamente escolhido por apresentar características incontestáveis de genocídio. Caberá ao tribunal julgar se esse genocídio é intencional ou não, uma vez que tanto a Funai como o Governo brasileiro vêm sendo alertados e denunciados sobre a frequente dizimação desses índios, que em 1907 formava uma nação de 20 mil pessoas e hoje não passam de 570 índios desnutridos que rondam as 22 grandes empresas instaladas no Vale do Guaporé, território tradicional dos nambiquara.

AREIA

A areia parece fazer parte da história desse povo. Eles gostam de areia quente para dormir; nas frequentes transferências impostas pela Funai eles foram mandados para terrenos arenosos onde "não cresce nem minhoca", disse o general Bandeira de Mello e em razão do terreno arenoso da Chapada dos Parecis, os nambiquara terão nas suas vizinhanças a estrada BR-364 que em seu novo traçado passa nos limites das 22 empresas agropecuárias e dentro do território indígena.

A Cuiabá-Porto Velho é uma estrada de apoio ao Programa de Desenvolvimento do Noroeste-Polonoeste que, além de atingir os índios nambiquara, se estenderá ainda para os



territórios indígenas dos suruí, no Parque Aripuanã, cinta-larga e pakaa-nova. Esses índios serão afetados pelas estradas vicinais do Polonoeste. Ironicamente, esse programa de desenvolvimento será executado pelo Ministério do Interior, responsável também pela defesa dos grupos indígenas do Brasil através da Funai.

REAÇÃO

Embora os nambiquaras ainda não tenham condições de vir a Brasília reclamar seus direitos como fazem os xavantes, txukarramãe, pataxó, krenak, kaingang e outros grupos mais aculturados, eles já começam a reagir contra a invasão de suas terras. A notícia não foi divulgada pela Funai, mas os nambiquaras não querem a estrada e demonstraram isso no recente ataque que fizeram contra os topógrafos da empresa Euler. No dia 22 de abril um subgrupo nambiquara, os sararé, expulsaram a golpes de borduna os topógrafos, peões e funcionários do Ministério do Interior que realizavam os estudos finais para a implantação da nova rodovia, informa um relatório da Comissão Pró-Índio de Cuiabá.

Essa reação, a exemplo de outras que ocorrem com as demais nações indígenas do Brasil, poderá se transformar em violentos ataques. Há um caso recente: os txukarramãe, que nunca aceitaram a BR-080 (Brasília-Manaus) e menos ainda a presença de 25 fazendas em suas terras mataram 11 peões. Antes, porém, os nambiquara sofrerão

as consequências da estrada: prostituição, alcoolismo, epidemias, repetindo a trajetória dos índios parakanã, com a Transamazônica, os yanomami, com a Perimetral Norte, os krenak, com a Cuiabá-Santarém. E tudo isso, desde as epidemias aos ataques poderia ser evitado caso a BR-364 não se constituísse apenas em uma estrada para servir às grandes empresas do Vale do Guaporé.

Os mapas da Funai não podem mais ser distribuídos e os jornalistas não têm mais acesso nem mesmo ao mapa da localização de postos indígenas, como aconteceu frequentemente com um jornalista do Jornal do Brasil que teve o mapa arrancado de sua mão pelo superintendente da Funai, Octávio Lima.

Guardados em sigilo, os mapas podem ser mudados, as reservas indígenas eliminadas e a localização das fazendas e da estrada se perdem. As denúncias podem ser desmentidas por falta de informações geográficas. É exatamente o que está ocorrendo no caso nambiquara. Embora haja uma campanha nacional e internacional em defesa desses índios acusando a BR-364 como uma estrada que apenas favorece os empresários do Sul, a Funai e o Ministério do Interior negam o fato, dizendo que a Cuiabá-Porto Velho foi desviada porque o terreno na Chapada dos Parecis é arenoso e não apresentam os mapas que já foram rasurados com a eliminação das reservas waiksu e alakatesu.